



Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 09 - DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO

PROCESSO: 1021548-30.2022.4.01.0000

PROCESSO REFERÊNCIA: 1029402-60.2022.4.01.3400

CLASSE: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307)

POLO ATIVO: DANIEL LEON BIALSKI e outros

REPRESENTANTES POLO ATIVO: DANIEL LEON BIALSKI - SP125000-A e BRUNO GARCIA BORRAGINE - SP298533-A

POLO PASSIVO: JUIZO FEDERAL DA 15A VARA - DF

DECISÃO

Cuida-se de ordem de habeas corpus impetrada por Daniel Leon Bialski, Bruno Garcia Borrachine, Bruna Luppi Leite Moraes e Matheus Agostinho, em favor de Milton Ribeiro, contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 15ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, pugnando para que “seja CONCEDIDA A MEDIDA LIMINAR, PARA QUE SE PERMITA QUE O ORA PACIENTE AGUARDE EM LIBERDADE e OU PRISÃO DOMICILIAR, ainda que mediante medida cautelar diversa, limitações, prestação de fiança e outras, em número singular ou plural (art. 319 do CPP) ATÉ O FINAL JULGAMENTO DESTES WRIT” (fl. 18 – doc. n. 232898048).

Para tanto, os impetrantes alegam que até o presente momento a defesa técnica do custodiado, ora paciente, não teve acesso à decisão judicial que decretou a prisão preventiva - expedida em seu desfavor - nada obstante, frisam, o próprio mandado de prisão revelar a inidoneidade e ilegalidade do ato judicial cautelar combatido, isso porque, ao arripio legal, sequer se mencionou no decisum a necessária síntese da motivação que o originou. Sustentam que a inteligência do artigo 285 do Código de Processo Penal foi ofendida, limitando-se o Juízo de origem, apenas a fazer referência aos tipos penais: corrupção passiva (art. 317), prevaricação (art. 319), advocacia administrativa (art. 321) e tráfico de influência (art. 332).

Só isso e nada mais.

Nesse ponto, aduzem que o paciente segregado deve saber o porquê de estar sendo preso e as razões porque sua prisão foi decretada, por decisão motivada e fundamentada, todavia, no caso presente, não há nada, nenhuma referência no

mandado sobre a motivação. Argumentam que, além disso, fugindo ao que impõe a lei, nem ao menos estava anexado o decreto de prisão preventiva, como costumeiramente se vê.

Sustentam que a temeridade do édito cautelar impugnado exsurge, também, de sua absoluta extemporaneidade, pois, conforme se observa da própria e notória repercussão do caso originário pela imprensa nacional, os fatos impulsionadores da ordem prisional ocorreram há muitos meses, conforme se infere do pedido de instauração de inquérito policial originalmente tramitado perante o Supremo Tribunal Federal, com efeito, não estavam e não estão presentes, em relação ao ora paciente, os requisitos cumulativos indicados no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Destacam que o cerne da precitada norma, que é cogente por natureza, traz a compreensão de que somente será possível implementar a custódia ao implicado se, através de decisão devidamente fundamentada – com espeque no artigo 315 da Lei Penal Adjetiva –, restar demonstrado cumulativamente: 1) justo receio de perigo – que a liberdade do agente poderia trazer –; e 2) existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

Ressaltam não ser o que se verifica no caso concreto, que reclama a pronta intervenção dessa instância hierarquicamente superior, a fim de que o írrito édito prisional expedido seja cassado, ante a ausência dos requisitos legais para tanto, estabelecendo-se, alternativamente, se for o caso, medidas outras conforme elencado no art. 319 do CPP.

Pontuam que o paciente respondia ao inquérito-processo em curso perante o STF, em liberdade e nessa condição possuía, como ainda possui todas as condições de assim permanecer, notadamente, pelo seu passado notável, excelentes antecedentes, bacharelado em Direito, especialização em Antigo Testamento e doutorado em Educação além de família constituída e domicílio certo e conhecido, sendo pessoa notoriamente pública e de reconhecida excelência e correção de seus atos e comportamento.

Salientam que o preso sempre colaborou com as investigações, inclusive deixando e abrindo mão de seu sigilo, o que novamente o faz. E para afastar qualquer irregularidade ou ilicitude arguida, são apresentadas a sua declaração, bem como de sua esposa.

Frisam que, mesmo sem se conhecer o teor da decisão que decretou a medida constritiva, pelo que já se sabe, nada indicava ou indica a necessidade da prisão preventiva, principalmente, porque os crimes atribuídos ao ora paciente não são classificados como hediondos, nem violentos e muito menos poder-se-ia dizer que sua liberdade é um risco à ordem pública ou econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, tudo a evidenciar a temeridade da segregação.

Repisam que, por restar comprovada a inexistência de contemporaneidade entre a data dos acontecimentos e o decreto prisional, essa situação fática afasta o periculum libertatis, razão pela qual entende ser possível a concessão da ordem

vindicada, haja vista, ainda, que ele não ameaçou testemunhas, não coloca em risco a instrução criminal e ou a aplicação da lei penal, o que somente reforça o equívoco da prisão combatida.

É o breve relatório.

Decido.

Cuida-se de habeas corpus impetrado em favor de Milton Ribeiro, contra decisão que decretou sua prisão preventiva.

Verifico, de logo que a parte impetrante não juntou a decisão judicial que deu azo à prisão cautelar, razão pela qual nem o investigado, nem o Tribunal Regional Federal da 1ª Região possuía conhecimento das argumentações utilizadas para o encarceramento.

É princípio básico do direito penal moderno, construído à partir do momento histórico em que a lei passa a ter prevalência sobre o pensar e o sentir personalíssimo do juiz, que não existe prisão sem prévia e fundamentada justificativa, a ser conhecida – no mínimo – pelo réu e pelas Cortes de Apelação, haja vista o direito fundamental à ampla defesa.

Num Estado Democrático de Direito ninguém é preso sem o devido acesso à decisão que lhe conduz ao cárcere, pelo motivo óbvio de que é impossível se defender daquilo que não se sabe o que é.

O presente habeas corpus labora parte em dados concretos, parte em suposições, na medida em que não foi dado conhecimento ao investigado, e por via de consequência à própria instância revisional dos motivos da medida cautelar.

Assim, o cerne deste writ passa a ser a prisão sem apoio em decisão devidamente demonstrada; a alegação de ausência de contemporaneidade e utilidade entre os fatos e as prisões; e o argumento segundo o qual é um exagero o conjunto de prisões levado à efeito.

Observo, desde logo, que para a concessão da postulada medida liminar de habeas corpus é necessário estarem presentes, simultaneamente, os requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*. É preciso que se alegue direito plausível à liberdade e perigo na demora da decisão judicial futura.

De acordo com o STJ, “o deferimento de liminar em 'habeas corpus' é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano” (HC 398609/SP, Sexta Turma, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 12/05/2017).

Nesse mesmo sentido, o Ministro Rogério Schietti afirma que “dúvidas não há de que o deferimento da liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de flagrante ilegalidade e em que evidenciados o 'fumus boni juris' e o 'periculum in mora'.” (STJ. HC 422.201, DJe de 27/10/2017).

Dito de outra maneira, a decisão liminar, considerando que o relator é tão somente um longa manus do órgão julgador colegiado, ipso factum a Terceira Turma do TRF1, deve ser concedida quando flagrantemente houver abuso ou erro na decisão judicial, não havendo necessidade de mais informações ou de julgamento colegiado emergencial.

Noto que a análise preliminar do caso presente prescinde, desde uma primeira olhada, das informações a serem posteriormente prestadas pela autoridade apontada como coatora. Os argumentos de decisão não demonstrada, de plano no momento da prisão, de ausência de utilidade e contemporaneidade da prisão e impossibilidade de fuga podem ser enfrentados sem a oitiva da autoridade Coatora. Principalmente por que a prisão cautelar pode, se for o caso, ser decretada a qualquer tempo.

Ainda em prefacial, pontuo que em casos análogos ao presente, entendo ser possível o deferimento da liminar, para substituir a prisão preventiva, quer seja pela prisão domiciliar, quer seja mediante a imposição de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, devendo, por coerência, ser dispensado igual tratamento ao ora paciente, e aos demais encarcerados.

Medidas cautelares não são censuras prévias ou condenações antecipadas, menos ainda são eventos midiáticos que tenham por efeito a provocação de catarses políticas ou sensações de aplicação do justo direito ao cidadão comum. Prisão preventiva é categoria dogmática de limitação da liberdade em razão da caracterização de elementos objetivos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

A regra da sociedade moderna e do Estado Democrático de Direito é a liberdade, e justifica-se a sua limitação quando advêm razões concretas e objetivas que fundamentem a segregação. A antecipação da culpa, a punição prévia, a sensação socialmente difusa de justiça, ou a narrativa política não justificam a prisão de quem quer que seja, ainda que crimes graves tenham ocorrido o que deve ser objeto de futura e rápida condenação – se provados –, jamais de prisão preventiva.

Observo que os crimes aos quais respondem os investigados são delitos contra a administração pública. Por que assim o são, obviamente são praticados em derredor da atividade estatal. Desvios financeiros nas áreas de saúde e educação são fatos gravíssimos. Assim o são porque jogam a função de matrizes de consequências seriíssimas para toda a sociedade.

De outro lanço, a liberdade do cidadão e a autocontenção do Judiciário também são razões que simbolizam a modernidade do direito, e a linha divisória não deve ser rompida, salvo se houver justa causa para tanto.

Não se sacrifica a liberdade sem justa causa.

No caso vertente, verifico que inexistem, nesse momento processual, as condições de manutenção da combatida segregação cautelar.

A primeira razão é que em se tratando de prisão cautelar a tautológica cautela não se apresenta se não há mais qualquer vínculo entre o paciente e o serviço público. O ex-ministro já não pode praticar qualquer ato, razão pela qual a decisão já não surte qualquer efeito da forma como deveria sê-lo pelo art. 312 do CPPB.

Da mesma forma, as decisões que foram tomadas e os atos adjetivados de ilícitos há meses atrás, não estando o paciente na possibilidade de continuar os praticando, não geram contemporaneidade e nem a utilidade a fundar um decreto de prisão preventiva. Como o próprio nome já indica, a prisão preventiva serve para prevenir, não para punir; serve para proteger e não para retribuir o mal porventura feito.

Do contexto se conclui que sendo a regra fundamental no Estado Constitucional e Democrático de Direito a liberdade, fatos já passados com impossível repetição no presente momento não permitem a utilização – para combatê-los – de um dispositivo dogmático que trata da proteção da sociedade e do Estado contra eventuais atos ilícitos futuros.

Demais disso, a natureza dos crimes imputados indica potencialidade que envolve – em última análise - subtração de recursos, não são atos violentos que permitem a segregação para proteção física do povo brasileiro.

Poderia ser o caso de prender preventivamente para investigação. Per si seria um equívoco dogmático na medida em que, nestes casos, a prisão seria temporária, jamais preventiva.

Crimes desta natureza são investigados a partir da vigilância do “caminho do dinheiro”, uma vez que racionalmente não se justifica prisão cautelar por tal motivo. É célebre expressão **Follow the Money** que cristaliza toda a utilidade e sentido de elementos dogmáticos para a investigação previstos nas normas processuais penais. A prisão carece de razão de ser.

Compulsando o caderno processual, constato que ao custodiado, ora paciente, é alvo de investigação policial pela possível prática dos crimes previstos nos artigos 317 (corrupção passiva), 319 (prevaricação), 321 (advocacia administrativa) e 332 (tráfico de influência), todos do Código Penal, integram o rol de delitos que normalmente são cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa e sem carga lesiva apta a comprometer o meio social, e crimes cuja a investigação jamais se daria, com elementos concretos, à partir de uma segregação prisional.

Nessa quadra, é inconteste que os indigitados delitos possuem o viés de vinculação à Administração Pública, enquanto funcionário público (artigos 317, 319 e 321), assim como praticado por particular contra a administração em geral (art. 332). Logo, não havendo mais qualquer vínculo entre os indiciados e o Poder Público, não se justifica a imposição de tão grave medida, como sói acontecer com a segregação cautelar em epígrafe.

Noutro lanço, também é indubitável que não se conheceram os fundamentos do decreto prisional no momento da prisão, o que malfere a Súmula Vinculante n. 14 do Supremo Tribunal Federal, além de vários de seus precedentes jurisprudenciais, que asseguram à defesa o acesso amplo de todos os meios de prova já documentados, consignando ser "assegurado o acesso do investigado aos elementos de

prova carreados na fase de inquérito, o regime de sigilo consagrado na Lei 12.850/2013 guarda perfeita compatibilidade com a Súmula Vinculante 14, que garante ao defensor legalmente constituído 'o direito de pleno acesso ao inquérito (parlamentar, policial ou administrativo), mesmo que sujeito a regime de sigilo (sempre excepcional), desde que se trate de provas já produzidas e formalmente incorporadas ao procedimento investigatório, excluídas, conseqüentemente, as informações e providências investigatórias ainda em curso de execução e, por isso mesmo, não documentados no próprio inquérito ou processo judicial' (...)" (STF. Pet 6164 AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 21/09/2016).

Logo, não se afigura razoável o arranhão provocado à paridade de armas e nem a entronização da elegia à acusação, com mitigação da ampla defesa tão cara ao estado democrático de direito.

A defesa necessita ter acesso a todos os elementos constitutivos da própria acusação, para dela se defender, a fim de evitar que ela seja reduzida à mera retórica vazia, mero sofisma, o que seria outra ferida de morte no Estado Democrático de Direito.

Assim, a defesa - para ser ampla - precisa ser efetiva durante a instrução processual e isto só é possível se ela tiver conhecimento daquilo que já conhece o órgão acusador e foi utilizado na construção da própria imputação penal pelo magistrado a quo.

No caso vertente, a prisão foi decretada sem que a decisão fosse disponibilizada, tanto à defesa técnica do inculcado quanto a este Tribunal. A juntada do decreto prisional só ocorreu 24 (vinte e quatro) horas após a determinação do Juízo de origem.

Demais disso, a prisão combatida, nos moldes em que decretada, sem os devidos fundamentos subverte, inclusive, a jurisdição desta Corte Regional, na medida em que não são apresentados os argumentos que a justifiquem.

Refutando os argumentos contidos na indigitada decisão, verifico que a busca e apreensão já foi realizada, as quebras de sigilos já foram deferidas e não há razão o bastante para a manutenção da prisão, sem a demonstração concreta de onde haveria risco para as investigações.

Nesse diapasão, afigura-se desnecessária a segregação cautelar decretada para o fim de garantir a instrução processual, assim como a ordem pública ou econômica, que se mostra desarrazoada no presente momento.

Apesar da desnecessidade de manutenção da segregação cautelar, os possíveis cometimentos de crimes devem ser investigados, assim como precisam ser devidamente analisado o objeto da busca e apreensão já realizada. A investigação deve correr até não mais poder e se apurarem todos os fatos citados, com as garantias do devido processo legal e da ampla defesa.

Noutro lanço, registro que a atual situação vivenciada pelo país e pelo mundo recomenda sejam avaliados conceitos, paradigmas e posicionamentos.

Ademais, anoto, ainda, que o Supremo Tribunal Federal também tem reconhecido em diversas e recentes oportunidades, a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando há comprovado perigo da demora, in casu, encontrado no próprio tempo de prisão experimentado pelo custodiado.

Assim, deve prevalecer a regra geral relativa à privação da liberdade pessoal com finalidade processual, segundo a qual o alcance do resultado se dá com o menor dano possível aos direitos individuais, sobretudo quando há expressa referência a inúmeras outras medidas de natureza cautelar, que podem ser decretadas pelo juízo da causa e em proveito das investigações. Demais, a liberdade provisória constitui um benefício cujo princípio orientador está insculpido no inciso LXVI do art. 5º. da Constituição da República: "ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança".

Por derradeiro, verifico que além de ora paciente não integrar mais os quadros da Administração Pública Federal, há ausência de contemporaneidade entre os fatos investigados – “liberação de verbas oficiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Ministério da Educação direcionadas ao atendimento de interesses privados” (cf. cópia do INQ 4896/STF, à fl. 42 – doc. n. 232898054), supostamente cometidos no começo deste ano, razão pela qual entendo ser despidianda a prisão cautelar combatida.

Corroborando todo o entendimento supra, o bem lançado parecer ministerial ofertada na Primeira Instância, portanto, antes da edição do decreto prisional, oficiou pela imposição de medidas cautelares diversas da prisão, sob o seguinte argumento:

“A prisão cautelar, assim como a adoção de medidas cautelares diversas da prisão, tem natureza processual e a dúvida, neste âmbito, milita em prol da sociedade, tendo grande relevo à conveniência da instrução, que deve ser realizada de maneira equilibrada e com necessária lisura na busca da verdade real. Destarte, em virtude de todo o exposto, **o Ministério Público Federal oficia pela imposição de medidas cautelares diversas da prisão (art. 319, II, III e V, do CPP)**” (negritos no original).

O próprio órgão acusador ofereceu parecer contrário às prisões, o que demonstra claramente a desnecessidade, pois quem poderá oferecer denúncia posterior ou requerer arquivamento acreditou serem desnecessárias e indevidas as detenções.

Ante o exposto, **defiro a liminar**, se por outro motivo o paciente Milton Ribeiro não estiver segregado, para cassar a sua prisão preventiva, até o julgamento de mérito pelo colegiado da Terceira Turma deste TRF da 1ª. Região.

De ofício, estendo aos demais indiciados citados na cópia do INQ n. 4896/STF – Gilmar Santos, Arilton Moura, Helder Diego da Silva Bartolomeu e Luciano de Freitas Musse –, conforme nominados na decisão que decretou as prisões combatidas, os efeitos da presente liminar.

Comunique-se ao Juízo Federal da 15ª. Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, com urgência, para imediato cumprimento e expedição dos alvarás de soltura, enviando-lhe cópia desse decisum, ao tempo em que lhe solicitem informações, em 24 (vinte e quatro) horas, acerca das situações fático-processuais de todos os indiciados

que tiveram a prisão preventiva decretada, além do envio do inteiro teor do decreto prisional, haja vista a inexistência de elementos indispensáveis ao conhecimento por este magistrado do rol dos agentes tampouco dos fundamentos das prisões.

À Procuradoria Regional da República da 1ª. Região, após.

Em seguida, voltem-me conclusos os autos, para pauta imediata.

Intimem-se. Cumpra-se.

Desembargador Federal **NEY BELLO**

Relator

Assinado eletronicamente por: NEY DE BARROS BELLO FILHO

23/06/2022 12:34:27

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento:



220623123022867000002

IMPRIMIR

GERAR PDF